



Universidade Federal do Pará
Campus Universitário de Altamira
Faculdade de Etnodiversidade
Curso de Licenciatura em Educação do Campo / Polo Anapú

MARKDIONE SILVA DE MEDEIROS

**A CASA FAMILIAR RURAL DOROTHY STANG E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO
MUNICÍPIO DE ANAPU, PA.**

**Anapu / PA
Agosto de 2020**

MARKDIONE SILVA DE MEDEIROS

**A CASA FAMILIAR RURAL DOROTHY STANG E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO
MUNICÍPIO DE ANAPU, PA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências da Natureza, pela Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira-PA, sob a orientação do prof. Dr. Mário José Henchen.

**Anapu / PA
Agosto de 2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M488c Medeiros, Markdione Silva de.
A Casa Familiar Rural Dorothy Stang e a Educação do Campo
no município de Anapu-PA. / Markdione Silva de Medeiros. —
2020.
xxv, 25 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Mário José Henchen
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, Faculdade de
Etnodiversidade, Altamira, 2020.

1. EDUCAÇÃO DO CAMPO. 2. PEDAGOGIA DA
ALTERNÂNCIA. 3. CASA FAMILIAR RURAL. I. Título.

CDD 323.07

Resumo.

O presente artigo/ensaio consiste em um estudo de caso realizado na Casa Familiar Rural Dorothy Stang, localizada no município de Anapu, estado do Pará, e se propõe fazer uma análise de parte da literatura acerca de como se deu o processo de idealização, fundamentação e implantação das CFRs de um modo geral e, uma apreciação, junto aos atores sociais envolvidos na efetivação e funcionamento da mesma, considerando, notadamente, o grau de importância atribuída a esta, bem como sua representatividade junto a sociedade camponesa da região. Para tanto, considera-se o papel que a referida CFR exerce junto aos camponeses, para além dos aspectos ligados a formação pedagógica e a busca por políticas públicas, pois que esta se propõe a desenvolver atividades que dizem respeito a busca da melhorias da qualidade de vida do campesinato regional/local, na formulação de políticas básicas de saúde, lazer, educação, entretenimento, etc. Além disso, a proposta se pretende emancipadora para com os jovens estudantes do campo, valorizando sua cultura, seus conhecimentos, visando constituir estes na condição de protagonistas. Nesse sentido, iremos discutir ao longo deste trabalho, até que ponto se efetiva esta proposição na vida cotidiana do campesinato local/regional, considerando-se o universo das famílias que participam direta ou indiretamente do referido projeto, trazendo para debate parte do processo de idealização e construção da CFR, bem como os ideais que fundamentaram a constituição da mesma, a partir das percepções dos envolvidos no referido projeto.

Palavras-chave: Educação do Campo, Pedagogia da Alternância. Casa Familiar Rural.

Abstract

This article / essay consists of a case study conducted at Dorothy Stang Rural Family House, located in the municipality of Anapu, state of Pará, and it is proposed to do an analysis of part of the literature about how the idealization process took place, reasoning and implementation of CFRs in general and, an appreciation, with the social actors involved in the implementation and functioning of the same, considering, notably, the degree of importance attached to this, as well as its representativeness with the peasant society of the region. Therefore, the role that the CFR plays with peasants is considered, beyond aspects related to pedagogical training and the search for public policies, because the latter proposes to develop activities that seek to improve the quality of life of the regional / local peasantry, in the formulation of basic health policies, recreation, education, entertainment, etc. Besides that, the proposal is intended to be emancipatory towards young students in the field, valuing their culture, your knowledge, aiming to constitute these in the condition of protagonist. In this sense, we will discuss throughout this work, the extent to which this proposition is effective in the daily life of the local / regional peasantry, considering the universe of families that participate directly or indirectly in the referred project, bringing to debate part of the idealization process and building the CFR, as well as the ideals that underpinned its constitution, from the perceptions of those involved in that project.

Keywords: Countryside education, Alternation Pedagogy. Rural Family House.

1. Introdução.

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de compreender a atuação das Casas Familiares Rurais (CFR's) no território Xingu, notadamente a CFR Dorothy Stang, localizada no município de Anapu, estado do Pará. Também é uma tentativa de trazer para a discussão, o debate público e político acerca do grau de importância que esta instituição de ensino representa para o campesinato do referido município, levando em consideração os aspectos que objetivaram a sua fundamentação e investigando acerca do seu desempenho e do seu papel junto a comunidade local/regional.

O caminho metodológico se constitui em três elementos centrais ou momentos distintos: no primeiro momento, o objetivo central é buscar a compreensão acerca do que é de fato a CFR e os objetivos que serviram de fundamento para a sua constituição, no cenário mundial, nacional e regional. Para tanto, foram consultados diversos documentos com elementos relacionadas a sua fundação e atuação até os dias atuais. Logo a seguir, foram realizadas observações acerca de questões levantadas ao longo dos quatro anos do curso e que se encontram analisadas em diversos relatórios das pesquisas realizadas na referida escola. Estes relatórios, além de cumprirem o papel de fundamentar a discussão dos tempos comunidades também foram utilizados para a construção deste trabalho de conclusão do curso. Desta forma, foram revisitados diversos fatores observados no período em questão.

E, no terceiro momento, investigou-se acerca do grau de relevância que a CFR Dorothy Stang assume no contexto local/regional atualmente, considerando-se, notadamente, as percepções do campesinato local. E, para tanto são recuperadas informações no estágio anterior de trabalho, para o qual foram utilizados questionários destinados aos atores sociais ligados direta e/ou indiretamente à CFR, tais como monitores, alunos, ex-alunos, pais, professores colaboradores, ex-professores e/ou ex-colaboradores e coordenadores anteriores e/ou atuais.

Entendemos, portanto, como de fundamental importância a análise desta experiência de formação, considerando-se, sobretudo, a relevância que a CFR representa e/ou tem potencial para tanto, junto à população campesina do município de Anapu, e, em função disso se faz necessário, para efeito de análise, traçar um quadro analítico do que era a educação do campo da região antes, e o que se percebe de transformação em relação a perspectiva do sujeito do campo para com a formação dos filhos após a fundação ou implantação da referida escola.

Para fundamentar o debate foi necessário fazer uma breve revisão literária da educação do campo e do processo de constituição das CFRs, trazendo para a discussão as lutas travadas pelo campesinato acerca dos processos travados para sua implantação observando/analizando em que se constituía a educação no e do campo antes e após sua atuação, para que possamos inventariar essa mesma atuação, e, dessa forma, destacarmos seu grau de relevância no contexto local.

2. Da educação rural à Educação do Campo.

A educação rural foi objeto de constante esquecimento ao longo da história, exatamente pela falta de uma educação elaborada, por parte do Estado brasileiro, para o campo, que não fosse esta tão somente para ser aplicada no campo, mas, objetivamente, que levasse em consideração a diversidade de fatores que existem nesse meio em comparação com o espaço urbano. Durante décadas foi possível verificar uma educação voltada para a cidade sendo aplicada no campo, na qual as profissões consideradas urbanas são supervalorizadas “deixando” o campo em situação de menosprezo. Além disso, às práticas pedagógicas, as metodologias e até mesmo os conteúdos propostos foram, em determinados casos, inteiramente voltados para o setor produtivo urbano, o que certamente não contribuiu para o desenvolvimento do campo, pois que a totalidade das atividades ali desenvolvidas era depreciada em relação àquelas ligadas a produção industrial. Em relação a estes aspectos, Rodrigues; et all. (2017, p. 1374), ressalta que: [...] “esteve presente em nosso sistema educacional uma educação urbanoide em que a cultura urbana era introduzida nas práticas educacionais camponesas sem qualquer significação para essa parcela da população”.¹

Em função disso parece óbvio que se torna muito estranho para o aluno viver em um meio e estudar conteúdos que nada tem a ver com tal contexto, o que acaba contribuindo para aumentar os questionamentos relativos à sua própria existência, sua cultura, identidade, seus afazeres, seu modo de vida e sua relação com a natureza. Nesse sentido, o decreto de nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, determina em seu Art.2, como sendo princípios da educação do campo a serem considerados que deverão estar presentes:

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

¹ Citação disponível no artigo: A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS ASPECTOS LEGAIS – Apresentado no XIII Congresso Nacional de Educação

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

Dessa forma, considera-se que na educação do campo, o planejamento de ensino deve ser elaborado de forma específica para cada localidade e/ou contexto, voltada exclusivamente para a realidade vivenciada pelas famílias dos alunos, e que, portanto, se considere a cultura e a identidade das pessoas que lá vivem, valorizando e enriquecendo essas culturas que historicamente foram e continua em situação de menosprezo ou mesmo invisibilizadas pelos sujeitos do meio urbano.

Assim como retrata o histórico geral da educação do campo no Brasil, a região da Transamazônica e, mais especificamente, o município de Anapu viveu essa realidade de perto, com políticas públicas quase inexistentes e um modelo de educação que não lhes atendia. Os camponeses da região, segundo seus próprios relatos, viviam sem perspectiva de um futuro promissor no que diz respeito a formação pedagógica de seus filhos e, conseqüentemente, de uma melhor qualidade de vida para sua família, asseguram que visualizavam, naquele momento, duas possibilidades excludentes, pois, ou deveriam mandar os filhos para estudar na cidade ou até mesmo para outros municípios de outros estados, ou retirar o jovem da escola para ajudar nas atividades camponesas a partir das quais asseguram tanto sua produção quanto reprodução social. E, durante as pesquisas, foi possível perceber que a segunda opção na época era mais comum, visto que, poucas famílias tinham condições financeiras para manter os filhos fora de sua residência e ainda cuidar da produção familiar sozinho, o que certamente justifica a escolha, considerando que a ideia de colocar a comida na mesa da família é sempre prioritária nesse caso.

Desse modo, percebendo sua exclusão das decisões de participação das políticas públicas governamentais, os moradores e atores sociais do campo juntamente com os movimentos sociais e representantes da igreja católica, passaram a se mobilizar em movimentos reivindicatórios por melhores condições de sobrevivência, e estas passavam também por uma idealização de uma educação diferenciada e inovadora para o campo. Uma proposta educativa que viesse substituir a escola tradicional, que ministrasse aulas da base curricular comum de acordo com a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) associada às disciplinas específicas para o campo, e que promovesse a emancipação do jovem do campo fazendo com que este assumisse seu papel de protagonismo na construção do seu projeto de vida, valorizando assim sua identidade, seu modo de vida e sua cultura camponesa.

2.1. A Proposta Da CFR.

As CFRs têm como um de seus princípios a adequação dos conteúdos curriculares propostos pela LDB para a realidade da região na qual esta atua. Para conseguir êxito neste propósito, faz um diagnóstico sócio educativo no qual são considerados aspectos a serem trabalhados com seus alunos dentro e fora da sala de aula, relativos às atividades desenvolvidas pelos alunos que têm acesso a mesma, realizando tais atividades a partir de alternâncias entre atividades de campo junto às famílias e frequência à escola. Além desses fatores, as CFR's têm como projeto, uma educação voltada para o setor agrícola, no qual, além do próprio campo, a família também seja parte da construção desse conhecimento.

Nessa perspectiva, busca colocar o próprio campo e as relações de produção e reprodução sociais ali vivenciadas como objeto de pesquisa, proporcionando assim, um processo de formação integrada entre o estudante, a família e os vizinhos do meio no qual esta vive. E, como destaca Estevam (2003, p. 22), [...] a Casa Familiar também se propõe a oferecer uma educação agrícola voltada para a formação integral do jovem envolvendo sua família e a comunidade, respeitando o seu espaço de atividade. Para tanto, no interior das atividades sócio educativas utilizam a pedagogia da alternância como modalidade de ensino, modalidade esta que vem se tornando grande destaque para a formação de jovens do campo nos últimos anos. Esse destaque se dá, de um lado, se considerarmos o fato de que os jovens não se veem obrigados a abandonar a produção familiar deixando-a apenas sob responsabilidade de seus pais, abandono este que resultaria numa carência considerável de mão de obra familiar atingindo diretamente a produção e, conseqüentemente, a qualidade de vida da família; e, por outro lado, o próprio plano de formação nessa modalidade tem, como um de seus pilares, uma formação integrada do indivíduo do campo juntamente com o meio no qual vivem, o que acaba “casando” com a ideia de formação da CFR, pois:

A Pedagogia da Alternância é uma proposta educativa voltada para o homem do campo que tem, entre os seus pilares, o desenvolvimento do meio e a formação integral do educando. Para tanto, conta com várias ferramentas pedagógicas orquestradas em um Plano de Formação, entendido como reflexo de um Currículo Integrado [...]. (GABRIEL; 2011, p.01).

Além disso, ao que tudo indica, a dinâmica proporcionada pelo fator prática/teoria/prática, que é aplicado nesta modalidade, tem se mostrado cada vez mais indispensável no que diz respeito a uma melhor aprendizagem, pois possibilita que o debate no interior das salas de aula seja presidido por pesquisas com base nas atividades desenvolvidas no interior de suas propriedades camponesas, voltando estas discussões

teóricas em forma de novos saberes, sugestões de intervenção ou mesmo “aconselhamentos técnicos” dos alunos a seus próprios familiares, constituindo estes em multiplicadores de experiências.

Nessa perspectiva de relevância para o campo, a CFR pode ser definida como uma escola verdadeiramente do campo inserida no campo, na qual são consideradas, não somente as peculiaridades de cada indivíduo, cada família de aluno ou contextos sócio produtivo da região, mas, sobretudo, esta se constitui na condição de espaço de socialização das novas gerações, pois cumpre o papel de reconhecer a importância para o campesinato regional de seus conhecimentos, costumes, culturas e saberes tradicionais, os quais são colocados como sistemas de saberes e de práticas importantes nesse processo de ensino e aprendizagem no campo.

A importância de se considerar tais fatores pode ser destacada, levando-se em conta que um sujeito não deve “perder” sua identidade em relação ao meio em que vive, nem tampouco perder o direito a formação, por causa das dificuldades de se adequar ao calendário da escola e/ou aos conteúdos ministrados na escola. Considera-se que um sujeito do campo quando tem a necessidade de migrar para uma escola do meio urbano ou até mesmo do campo, mas que possui metodologias e conteúdos voltados para o setor urbano, corre o risco de perder suas raízes com o campesinato local/regional, exatamente pela falta da valorização de sua cultura/conhecimento/práticas e/ou, pelo calendário escolar, que acaba por inviabilizar que o mesmo possa buscar conhecimentos teóricos e praticá-los em sua propriedade, na realização das atividades cotidianas nas próprias lidas cotidianas familiares. No entanto, para melhor compreendermos a importância da CFR Dorothy Stang, suas metodologias, bem como, sua relevância para a educação do campo do município, faz-se necessário um breve apanhado de elementos ligados a sua constituição.

2.2. A Origem das CFR's.

As primeiras experiências de CFR's surgiram na França, local onde estas eram conhecidas como *Masons Familiares Rurales* (MFR's), no ano de 1937, durante profundas transformações e tensões no espaço rural francês, como bem destacam Pezarico G. et al (2014, p.125). Essa crise no setor agrícola acabou gerando uma diversidade de fatores agravantes que partiu inicialmente do aumento no índice de êxodo rural e chegou ao agravante final que foi o aumento no índice de desemprego na cidade, de desabrigados, de abandono escolar e de miséria.

Já no caso brasileiro, seria necessário considerar o fato de que, conforme acentuado por Estevam (2003, p.16), a agricultura nos últimos anos tem sofrido profundas transformações, do ponto de vista prático, as quais têm atingido diretamente os agricultores que se viram sem solução de continuidade das suas atividades e foram, muitas vezes, forçados a abandonar suas propriedades e migrarem para as cidades, nas quais estes são seduzidos pelos atrativos do mercado tecnológico e pela ideia de melhoria na qualidade de vida da família, constituídos estes atrativos muitas vezes, na condição de fetiches ou encantamentos.

No caso francês, as cidades naquele momento histórico se viam superlotadas e sem condições para empregar e abrigar a todas as famílias migrantes de maneira digna e igualitária. Além disso, a maioria desses camponeses viveu toda sua vida trabalhando no campo e, agora na cidade, se via em estado de abandono funcional não tendo, portanto, nenhuma possibilidade de empregabilidade, consideradas as características da maioria das ocupações ofertadas pelos setores urbanos da economia ou da indústria. Foi como tirar o peixe para fora d'água.

O índice de desemprego, de pessoas em situação de rua e de abandono escolar crescia absurdamente. Na ocasião muitos jovens tiveram que abandonar a escola para realizar alguma atividade de trabalho nas ruas, na busca de conseguir contribuir com a renda da família. E, assim, destaca o autor:

...os filhos desses agricultores foram os mais prejudicados e acabaram pagando o ônus maior desse processo, pois foram obrigados a abandonar suas propriedades e se fixar nas cidades. Seus destinos, na maioria das vezes, são as favelas, cujo resultado é o abandono da escola de forma muito precoce, num sucessivo quadro de degradação e agravamento social, uma vez que a cidade não consegue oferecer oportunidade de emprego e renda para todos. Uma das consequências é o aumento do número de desempregados desqualificados, vivendo na mais absoluta miséria, pois são poucos os que conseguem vencer os obstáculos impostos pela vida urbana e se estabelecer dignamente. (ESTEVAM; 2003, p.17)

De um modo geral, um documento da Organização das Nações Unidas (ONU), para a Alimentação e a Agricultura (FAO), de 1995, que se refere ao desenvolvimento agropecuário, considerando fatores ligados a dependência e ao protagonismo, destaca que “[...] o marginalizado urbano de hoje é o filho ou neto do camponês desamparado de ontem”. Ainda segundo este, a solução de muitos problemas urbanos (desemprego, fome, falta de moradia, etc.), está no campo. Assim, surgiu a partir dessas problemáticas, a necessidade de se pensar numa proposta para a recuperação e fortalecimento do setor agrícola numa tentativa para fazer com que esses agricultores encontrassem condições adequadas de voltarem para o campo

produzindo e vivendo com qualidade e, impedindo que os que ainda estivessem por lá saíssem em direção às cidades.

Para tanto, a educação seria fundamental, pois acreditou-se que seria necessário criar uma “escola nova” na qual os filhos de agricultores fossem colocados como atores principais, proporcionando a estes uma educação diferenciada, voltada para o campo e adaptada no sentido de melhor atender suas necessidades. Desta forma, essa foi a ideia principal do projeto. Levou-se em consideração que formar jovens agricultores com habilidades para desempenhar suas atividades na propriedade da própria família recuperaria o setor agrícola que voltaria a produzir em grande escala, daria um fôlego ao setor urbano e, devido ao aumento da produção agrícola, contribuiria também para a recuperação da economia francesa de um modo geral.

Fundou-se então a partir dessas ideias a *Masons Familiaes Rurals*, e, de acordo com Estevam (2003, p.26), desta ideia inicial, após um longo período de discussão, surgiu a primeira CFR. Esta passou a funcionar inicialmente com uma turma de apenas cinco alunos, com idade entre 13 e 14 anos, na qual o sistema de ensino era realizado de forma alternada no qual os jovens passavam três semanas em suas propriedades e uma semana em regime de internato, improvisado nas dependências da igreja local.

2.3. Introdução das CFRs no Brasil.

Em relação a chegada do projeto no Brasil, de acordo com Estevam (2003, p.27), a discussão do projeto para a implantação da primeira CFR surgiu no estado de Alagoas, mais precisamente no município de Arapiraca, no ano de 1981, e esta casa passou por alguns problemas e logo foi desativada. Logo depois, no ano de 1984, ressurgiu no município de Riacho das Almas no estado de Pernambuco, onde a fragilidade do setor agrícola era evidente. É importante ressaltar, que a CFR chegou ao Brasil bem depois da chegada da Pedagogia da Alternância, a qual chegara em 1969 de acordo com o mesmo autor e, que esta, não é uma metodologia exclusiva da CFR. Existem outras iniciativas como os Centros Educativos Familiares de Formação em Alternância (CEFFA), por exemplo, que a utilizam.

Para entendermos melhor o projeto da constituição das CFR's precisamos considerar o fato de que fortalecer o campo passa primeiramente pela ideia de melhorar a educação no e do campo, isso porque fortalecendo o setor educacional, proporcionando aos filhos de camponeses uma boa formação voltada para o campo, resulta não somente na qualificação de um profissional, mas na criação de condições favoráveis para a aplicação da mão de obra do

próprio indivíduo na sua propriedade, não sendo necessário, portanto, a contratação de mão de obra externa a propriedade, a não ser de forma temporária, notadamente nos períodos de colheita da produção, o que, além de teoricamente melhorar sua produção, acaba evitando geração de outras despesas.

Das experiências colocadas em prática na região nordestina, esta, em 1987 migrou para o sul do Brasil, mais especificamente para o estado do Paraná e, logo depois, chegou até o estado de Santa Catarina, no qual obteve um crescimento ainda maior e, a partir daí se expandiu para outras regiões do Brasil. Com o crescimento do projeto surgiu a necessidade de criação de uma coordenação para que houvesse uma “padronização de práticas” das CFR’s. Foi criado então a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR/Sul). Este é considerado o órgão oficial das CFR’s e possui sede fixa localizada no município de Barracão, estado do Paraná, conforme destacado por Estevam (2003, p.27). No entanto, existem ainda os órgãos subcoordenadores de cada região/estado do Brasil. No caso da CFR Dorothy Stang, o órgão responsável é a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do estado do Pará (ARCAFAR-PA), este que coordena também as demais CFR’s do estado.

3. A CFR Dorothy Stang de Anapú.

A criação da CFR não foi fato isolado do município de Anapu. Foi um processo discutido para toda a região da Transamazônica que, naquele momento, metade da década de 1990, se via em estado de abandono no que diz respeito a políticas públicas voltadas para o campo, dentre estas a educação. Como resultado disso, o índice de êxodo rural era crescente a cada instante, o que fazia o campo se encontrar cada vez mais fragilizado e sem perspectiva de melhorias. Em relação a esta situação, Guzzo *et all*; (2013, p. 34), destaca que:

A criação da CFR deu-se em um momento de intensa mobilização por parte dos agricultores familiares no final da década de 1990. A população do território da Transamazônica e Xingu, percebendo sua exclusão das decisões de participação das políticas públicas governamentais, passaram a se mobilizar em movimentos reivindicatórios por melhores condições de sobrevivência.

Ainda segundo Guzzo *et all* (p. 35) esses movimentos não conseguiram muito êxito nas suas reivindicações na primeira metade da década de 90 e, a partir desse fracasso inicial, anos depois decidiram formar grupos reivindicatórios. Esses grupos eram divididos de acordo com a afinidade de suas “bandeiras de luta” e, a partir dessas mobilizações, fundou-se uma instituição para unificar todas as organizações envolvidas no processo, o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), mais tarde este se constituiria como Movimento

pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), incorporando, desta forma, novas demandas, associadas, notadamente as populações ribeirinhas e de pescadores locais, além de indígenas. E, em função de novas demandas e necessidades objetivas de gestão de projetos e diálogos com outros setores regionais, esta organização coletiva passou a se constituir na condição de fundação, a Fundação Viver produzir e Preservar (FVPP). (GUZZO, *et all*; 2013, p.35). Fundação esta que teve como iniciativa o gerenciamento dos projetos desenvolvidos no interior do MDTX.

Desta forma, tais organizações coletivas camponesas se propunham a defender o direito dos trabalhadores rurais da região previsto em lei e atuar na busca do desenvolvimento regional com base na sustentabilidade e nos interesses dos atores locais. Este era, conforme nossos interlocutores, o objetivo dessas organizações naquele momento. Para tanto, a educação mais uma vez foi vista como ponto de partida e, a criação de uma educação voltada especificamente para o campo, seria fundamental para impulsionar ações de desenvolvimento local.

Diante de todas essas mobilizações conseguiu-se finalmente concretizar o projeto de implantação da CFR do município de Medicilândia, esta que acabou sendo a experiência pioneira da região. Esta iniciativa inicial obteve resultados muito positivos, considerando as falas dos próprios agricultores da região de Medicilândia que fizeram parte desse processo. Conforme relatos em (GUZZO, *et all*; 2013, p.38) houve mudanças significativas no comportamento dos filhos, conforme destaca o referido autor ao destacar a fala da mãe de um dos alunos que, refere-se a este dizendo que, “[...] nunca esperava que meu filho Marcos fosse me ajudar: que fosse fazer tarefas de casa”.

Além desse fato ressaltado pela mãe, pôde-se constatar uma mudança significativa na perspectiva do agricultor local que, conseguiu visualizar uma melhora considerável no que diz respeito a valorização do trabalho agrícola e, a partir disso, vislumbrar novos rumos, com novos planejamentos para sua propriedade o que, até então, não era muito comum na região.

Esperanças, em torno da terra, de revitalização da agricultura familiar, foram renovadas: “[...] agricultores iriam vender o lote, mas um ano após, tinha Plano de Consórcio de pimenta-do-reino com café. Mudam melhoradas, colheita da pimenta, após dois anos; 800 kg por hectare; vendidas a R\$ 11,00 cada; é marcante; o agricultor pagou o banco”. (GUZZO, *et all*; 2013, p.38).

Essa revitalização do setor agrícola da região de Medicilândia, conseguida a partir da atuação da CFR, acabou abrindo espaço para o processo de discussão para expansão do projeto para os demais municípios da região da Transamazônica e Xingu. Foi então que no

início da década de 2000 surgem, a partir de emendas da ARCAFAR-PA, FVPP e Secretaria Executiva do Governo do Estado do Pará, convênios para a construção de outras CFR's para a região, e, no interior de tal iniciativa o município de Anapu foi contemplado. Inicialmente, segundo relatos, com poucos alunos e em instalações improvisadas, como foi na maioria das Casas no interior deste território, e, deu seu pontapé inicial com o apoio da Prefeitura Municipal de Anapu, da Congregação Notre Dame, representada pela irmã Dorothy Stang, igreja Católica, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e dos próprios pais de alunos. Após o processo de legalização, a unidade familiar rural passou a fazer parte também da ARCAFAR-PA e a contar com o apoio de ONGs parceiras, como a FVPP (GUZZO, *et al*; 2003, p.39).

3.1. Como a CFR de Anapu funciona atualmente.

Com a ideia de fortalecimento do campesinato não somente do município, mas da região Transamazônica e Xingu, esta atende hoje, segundo a coordenação da mesma, pouco mais de 300 alunos entre os níveis fundamental e médio, sendo que estes não são residentes somente do município de Anapu, já que nela se encontram alunos oriundos dos municípios vizinhos, como Senador José Porfirio, Porto de Mós e Altamira.

A alta demanda de alunos oriundos de outros municípios se dá, acredita-se, em função da atuação da mesma nos últimos anos, o que a transformou em escola referência para filhos de agricultores da região, segundo alguns de nossos entrevistados. Outro fator que pode explicar essa alta procura pela referida escola é o fato de que em alguns municípios da região as CFRs tiveram que fechar suas portas devido a falta de apoio e, conseqüentemente, de recursos financeiros para darem continuidade as atividades desenvolvidas no local, deixando os jovens do campo desassistidos de uma educação que contemplasse os anseios e/ou necessidades da comunidade. Pode estar contribuindo também para o aumento desta procura pela Casa o fechamento de diversas escolas do campo no interior do território.

De acordo com dados da coordenação da CFR da Anapu, referentes estes ao ano de 2018, cerca de 800 jovens estudantes ficaram na lista de espera por uma vaga para ingressar na casa. Assim, podemos perceber também, de um lado, o tamanho do universo da demanda reprimida na busca das famílias camponesas por educação, e, de outro lado, sinaliza para a compreensão da importância de busca por vagas na CFR, em função do lugar social que esta tem assumido nos últimos anos no contexto local e regional.

Além disso, devemos considerar o fato de que a duração do processo de formação de nível médio na CFR é de três anos, semelhante, portanto, ao sistema universal de ensino das redes de ensino públicas e privadas. A diferença mais significativa, neste caso de tempo de duração e percurso formativo é a de que ao final do percurso do aluno na CFR, este se submete a elaboração e apresentação do Projeto Profissional do Jovem (PPJ), o qual, para além de ser pré-requisito para sua aprovação final com vistas a receber o certificado de Ensino Médio e Técnico em Agropecuária, propõe que estes alunos desenvolvam um projeto de intervenção na própria realidade e os submetam a uma banca de aprovação. Porém, mesmo considerando-se a qualidade da maioria dos projetos apresentados pelos jovens concluintes, poucos conseguem, de fato, desenvolver tais experimentos no interior de suas propriedades, em função da dificuldade de conseguir apoio financeiro, parcerias, subsídios.

O ensino por alternância ou Pedagogia da Alternância, é a modalidade pedagógica ofertada na CFR. Desta forma, os jovens ficam em internato durante 15 dias seguidos com aulas presenciais todos os dias e em período integral e, ao término desse período, retornam às suas residências/propriedades nas quais permanecem por mais 15 dias, retornando para CFR e, assim, sucessivamente, durante todo o ciclo do ano letivo. Durante os 15 dias em que os alunos ficam nas suas propriedades familiares estes desenvolvem atividades pré-determinadas por seus monitores a fim de não somente aprimorar o que foi estudado na escola durante a alternância imediatamente anterior, mas, sobretudo, proporcionar resultados imediatos à família em relação as suas demandas de mão de obra qualificada, ou em processo de qualificação técnica.

No seu retorno à CFR os alunos deverão apresentar um relatório das atividades realizadas nas propriedades familiares para que seus monitores possam avaliar suas práticas concretas. Além disso, existe um cronograma de visitas técnicas dos monitores nas casas e propriedades desses jovens para acompanhamento de suas atividades, com o intuito de melhorar a qualidade de seus serviços e, conseqüentemente, sua produção.

Esta dinâmica proporcionada no modo alternado pela CFR é um dos fatores que a diferencia das demais escolas do campo, pois esta, “[...] rompe com a característica da escola tradicional no meio rural, nas quais o único espaço de ensino-aprendizagem é o espaço físico da própria escola”, conforme destacado por Visbisky; *et all*, (2004, p. 111). Além disso, segundo a percepção dos familiares destes alunos, o fato de oferecer resultados imediatos no que diz respeito à mão de obra supervisionada é também uma forma de valorizar e/ou incentivar a produção familiar do jovem.

A CFR Dorothy Stang conta com recursos provindos da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará (ARCAFAR-PA), órgão responsável por coordenar todas as CFR's do estado, mas, conta também com o apoio da prefeitura municipal de Anapu através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que custeia as despesas relacionadas ao quadro de funcionários e serviços básicos de manutenção, além de pagamento de energia elétrica e outras despesas diárias da casa. As famílias, por sua vez, contribuem com parte da alimentação dos filhos a cada alternância, sendo estes resultados da própria produção familiar, e uma quantia em dinheiro mensal que varia de acordo com o nível de ensino, valores definidos coletivamente em assembleias internas a Casa. Estes recursos, segundo nossos entrevistados, são utilizados na aquisição de maquinários, no transporte e outros equipamentos, notadamente, equipamentos agrícolas, que geralmente são adquiridos através de projetos desenvolvidos pelos próprios monitores, que fazem o diagnóstico e, diante das necessidades observadas, fazem requerimentos de cooperação para as instituições e órgãos considerados parceiros da casa.

Outro fator de destaque da CFR é que, a metodologia utilizada por esta, exige constante participação dos familiares nesse processo de formação dos jovens do campo. Nesse sentido, a CFR Dorothy Stang possui uma equipe de administração a partir da qual os pais de alunos estão ligados diretamente como parte dessa equipe, podendo contribuir em todos os processos da escola, que vão desde a prestação de contas, planejamento dos temas geradores, trabalho de monitoria na escola, dentre outros, até o processo final de formação do jovem.

Quanto a infraestrutura da escola, a maioria dos familiares e os próprios alunos que a frequentam consideram a mesma de boa qualidade, notadamente, no caso de a compararem a grande maioria das escolas públicas do município, pois que a mesma se encontra equipada com refeitório, dormitório masculino e feminino, salas de aula espaçosas e preparadas com equipamentos para o desenvolvimento de uma boa aula, auditório, banheiros masculinos e femininos, sala de informática com acesso a internet, espaço para entretenimento e, além disso, tem área de campo na qual são desenvolvidas atividades educacionais de técnicas de produção com profissionais qualificados, o que, segundo eles, possibilitaria uma boa formação.

No entanto, quando nos referimos a uma escola que trabalha com alojamentos de pessoas, a interpretação geral, segundo entrevistados, se refere a necessidade de ampliação destes, pois que, em função do aumento significativo da demanda dos últimos anos, este não

acompanhou tal evolução, necessitando, portanto, uma imediata ampliação, para suportar a demanda atual em condições saudáveis de acolhimento dos jovens.

Existem, porém, da parte de vários de nossos entrevistados, algumas críticas, mesmo que pontuais, a atuação da CFR de Anapu, pois estes consideram o fato de que hoje, além de atender um número elevado de jovens, para além do que teoricamente suportaria sua infraestrutura, esta acabou perdendo também parte significativa de seu caráter principal, que é o atendimento ao campesinato local e regional, pois que a mesma, nos últimos anos, passou a atender alunos egressos do espaço urbano, não somente do município de Anapu, mas, de outros municípios; fato este que, na avaliação dos entrevistados, descaracteriza em parte o projeto inicial. Alguns destes jovens foram “transferidos” das escolas da cidade numa tentativa de ressocialização dos mesmos.

No entanto, na nossa avaliação preliminar, esta questão do local de moradia das famílias em função do direito de frequentar a CFR precisaria ser melhor discutido coletivamente, pois, que, ao que tudo indica, muitos destes alunos “outsiders”, ou “forasteiros” que ingressam na casa, mesmo considerando o fato de que em alguns casos estes estejam morando com seus familiares no espaço urbano, muitas destas famílias permanecem ligadas as atividades camponesas, no total ou parcialmente. Além disso, dado o perfil atual das atividades desenvolvidas no contexto regional, podemos considerar o fato de que a maioria dos municípios tem suas atividades produtivas ligadas ao campesinato local.

E, soma-se a isto o fato de que, uma parcela significativa dos moradores das pequenas e médias cidades, têm propriedades no campo, atuando nele direta e/ou indiretamente, o que também os caracteriza como agricultores familiares ou atores do campo de um modo geral. Portanto, acredita-se que esses camponeses, mesmo estando hoje na cidade, não deixaram suas atividades do campo e, sendo assim, não perderam suas raízes com o campesinato, podendo, desta forma, desenvolver as atividades de pesquisa de seus filhos alunos da CFR a partir de sua relação com o campo.

4. A relevância da CFR Dorothy Stang.

Por sua vez, o plano de formação da CFR Dorothy Stang tem como propósito contemplar as determinações previstas no decreto de nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, mencionado anteriormente, aplicando uma educação diferenciada do velho modelo de educação rural, pois que nela se busca trazer temáticas vivenciadas diariamente pelo jovem estudante para que, dessa forma, o mesmo se sinta mais engajado e possa, objetivamente,

apropriar-se dos temas trabalhados, eliminando assim, todas essas dúvidas quanto a necessidade de se estudar tal conteúdo. Vale ressaltar ainda que, mesmo trabalhando esse conhecimento voltado para o dia a dia do aluno, não é deixado de lado o conhecimento global ou universal, isso porque o objetivo é tornar o aluno capacitado para escolher onde prefere atuar. Neste sentido, Esteves, *et all* (2017, p. 12436), ressalta sobre a proposta de ensino da Pedagogia da Alternância que é praticado nas CFR's:

[...] Sua proposta pedagógica possibilita a relação intrínseca entre conhecimento científico e conhecimento tácito, propiciando uma completa relação teórico-prática, o que permite ao jovem ter a oportunidade de emancipação e/ou permanência no campo, se assim o desejar.²

Nesse sentido, a CFR Dorothy Stang tem obtido grandes resultados, no que diz respeito a formação dos jovens, visto que muitos deles estão conseguindo ingressar em faculdades públicas e/ou no mercado de trabalho em empresas, tanto urbanas quanto rurais. Diante desse fato, é notável que a referida escola tenha se tornado cada vez mais um objetivo a ser perseguindo na vida dos filhos de pequenos agricultores do município de Anapu e da região Transamazônica e Xingu, que buscam melhoria na sua qualidade de vida, independente do fato de que a atuação destes alunos, depois de formados, venha a ser realizada no campo ou na cidade.

Por outro lado, quando consideramos a percepção dos pais em relação a CFR, nota-se a “gratidão” destes. Quando são questionados sobre a importância desta na vida de seus filhos, as respostas são imediatas e claras, como afirma o senhor Batista, em entrevista realizada em junho do ano de 2019, ao destacar que: “minha filha mudou não só o seu aproveitamento em relação a seus estudos, mas, sua forma de tratar e respeitar as pessoas. Estou muito satisfeito com seu desenvolvimento”.

A CFR, segundo as famílias entrevistadas, busca formar cidadãos não somente com conhecimento técnico-científico, mas, acima de tudo visa formar cidadãos de valores, respeitando as individualidades do próximo e o meio em que estes vivem e atuam. Considerando-se este aspecto da cidadania, seu Antônio, pai de um aluno que frequenta a casa destaca que:

...meu filho se transformou ao ingressar na escola. Considerado um aluno muito bagunceiro quando estudava na escola pública depois que foi pra lá se tornou aluno exemplar adorado por todos. E até dentro de casa mesmo a gente nota uma pessoa muito melhor que antes. (entrevista, jun, 2019)

² Citação disponível no artigo: AS CASAS FAMILIARES RURAIS E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO – Apresentado no XIII Congresso Nacional de Educação

Segundo este, portanto, a “disciplina pessoal” que é trabalhada na CFR Dorothy Stang, tem sido fundamental, não só no que diz respeito a formação acadêmica dos jovens, mas, na formação pessoal e tem transformado estilo de vidas de alguns jovens. No entanto, é importante ressaltar que devido a esse sucesso, no que diz respeito a formação de caráter do jovem do campo, muitos pais e até mesmo instituições, estão enxergando a CFR como uma espécie de “centro de reabilitação para jovens” que, de certa forma, apresentam, na apreciação destes, algum tipo de *desvio* de conduta. Este tipo de prática não está sendo aceito pela coordenação da casa atualmente, exatamente pelo fato de que não se trata de um centro de reabilitação de menores, mas, de uma unidade de ensino que precisa que o aluno esteja empenhado para estudar apenas, e não para outras atividades fora desse contexto, conforme destaca uma das coordenadoras da casa, ao afirmar que:

...já tivemos inclusive, jovens mandados pelo Conselho Tutelar pra cá para tentar a sua recuperação, visto que o mesmo tinha sido expulso de outras escolas por onde havia passado. Isso não aceitamos mais, pelo fato de que ensinar é diferente de reabilitar ou recuperar jovens. Trata-se de uma escola. Não de um centro de recuperação. (Lúcia, Coord. Da CFR Dorothy Stang, em entrevista, 2017).

A coordenadora ressalta ainda que: “aqui o aluno entra exclusivamente para estudar. Não aceitamos outra coisa a não ser isso”. Como iniciativa para superar esta situação, no processo de seleção dos alunos é feita uma entrevista com cada um deles para saber suas reais intenções ao ingressar na CFR. Se for diagnosticado que existe alguma situação em que o jovem esteja contra sua vontade, ou que o mesmo não esteja preparado para ingressar na casa, este não terá sua matrícula homologada tendo, portanto, sua vaga destinada para outro jovem que esteja na lista de espera.

A expectativa dos pais por uma formação para seus filhos que ultrapassasse a 4ª série do ensino fundamental, antes da fundação da CFR Dorothy Stang era quase que inexistente no município. Os pais que tinham melhores condições financeiras geralmente conseguiam a permanência de seus filhos em outros municípios ou até mesmo estados. Os menos favorecidos financeiramente geralmente tinham duas opções: a primeira era migrar para a cidade com a família, e, nesta cidade, em geral, enfrentar problemas de adaptação, por exemplo, considerando que muitos camponeses passaram toda sua vida atuando no campo. A outra opção seria interromper o processo de formação de seu filho e inseri-lo mais cedo na produção familiar, e, era esta segunda opção que, conforme mencionado anteriormente, se materializava com mais frequência.

Hoje, segundo as famílias entrevistadas, esta perspectiva mudou, pois que os pais conseguem aliar estudo/trabalho e visualizar novos horizontes para a formação de seus filhos, levando em consideração as várias possibilidades que a CFR proporciona ao aluno no que diz respeito a escolha de carreira. No entanto, esse é um fator que acaba gerando muitos questionamentos visto que, muitos desses jovens formados na CFR, estão optando por partir para outras iniciativas, não voltando para o campo.

Isso se explica, de um lado, pela “velha cultura” difundida no interior da sociedade, a de que o campo não é lugar de valorização para o pequeno agricultor, e, por outro lado, devido a carência de incentivos aos agricultores familiares, a escassez de linhas de crédito e assistência técnicas, dentre outros serviços e políticas públicas voltadas ao campesinato. Logo, esse fato certamente abre espaço para discussões sobre quais medidas deveriam ser tomadas para evitar que isso aconteça, levando em conta, principalmente, que o principal objetivo presente na constituição da CFR era a possibilidade de fortalecimento do campo. Neste sentido, percebemos parte desta percepção ao analisar as ponderações de seu Batista, pai de um aluno da casa, quando este destaca o fato de que:

... a maioria das pessoas do próprio campo não sabem que no campo pode-se viver muito melhor que na cidade. Dá pra ganhar muito mais produzindo no campo do que com um emprego ganhando mensalmente e ainda recebendo ordens. Aqui eu trabalho pra mim e eu faço meus horários. É isso que tem que ser implantado na escola. A conscientização de que no campo também se pode viver com qualidade. (entrevista, jun 2019).

Já outro entrevistado, seu Antônio, destaca o fato de que, na sua apreciação, o problema maior é que a juventude quer tudo muito rápido, e, por isso, segundo ele, às vezes preferem ganhar uma “mixaria” mensalmente a “esperar 4 a 5 meses para ganhar uma bolada” na colheita da safra.

4.1. A CFR na perspectiva dos jovens estudantes da casa.

Por parte dos jovens alunos da escola nota-se o mesmo sentimento de reconhecimento da importância da escola e dos profissionais que nela atuam. José, um dos alunos entrevistados destaca que “a forma como tratam as pessoas, a parceria dos professores com os alunos é especial. O clima amigável entre aluno e professor torna tudo mais fácil”. A Casa Familiar Rural, segundo este jovem, representa para a maioria desses jovens agricultores “uma oportunidade de sonhar e de caminhar com as próprias pernas”, pois, segundo este, permite ao jovem “visualizar novos horizontes para que, a partir disso, possa construir sua própria história, seguindo suas próprias escolhas”. Este destaca ainda que:

A CFR representou para mim a liberdade de escolha. Depois que entrei lá comecei a pensar diferente, visualizar novos rumos, ter novas ideias, enfim. Lá eles ensinam como viver nesse mundo que nem sempre é justo com as pessoas de menor expressão. Hoje posso caminhar sozinho graças aos seus ensinamentos. (José, entrevista, Jun. 2019)

Perguntado sobre a principal diferença da CFR em relação às outras escolas, José é enfático ao definir que na sua avaliação seria a disciplina. Segundo ele, “na escola pública o aluno faz o que quer”, pois que “o professor não tem mais autonomia para comandar os alunos porque muitos pais não estão presentes e apoiam os filhos nas suas mal feitorias”. Já na CFR, segundo ele, “o aluno entra sabendo que se não cumprir as regras não fica na casa, o que acaba reprimindo de fazer qualquer ato de indisciplina”.

4.2. A relação entre a CFR e a comunidade.

A pesquisa apontou a existência de um estreito relacionamento ou aproximação entre pais/responsáveis e CFR. A CFR busca colocar os familiares dos jovens dentro da escola, fazendo momentos de aproximação entre: família, jovens, escola e funcionários. Uma oportunidade de realização disso são as noites culturais que existe na escola ao final de cada ciclo, nas quais os pais, professores, alunos e convidados participam de apresentações culturais. Outro elemento significativo é a realização das assembleias, nas quais, além das atividades de planejamento, são discutidas as expectativas destes pais de alunos em relação a CFR e seu comprometimento com o projeto, notadamente, no acompanhamento das atividades dos alunos desenvolvidas no interior de suas propriedades.

Mas, para além destas atividades culturais e de planejamento, os familiares dos jovens estão incluídos como parte da administração da CFR, compondo grupos de reuniões para tomadas de decisões, informatizações, escolhas de temas para serem trabalhados com seus filhos (temas geradores), prestações de contas dos recursos financeiros e até mesmo serviços prestados de forma voluntária que, geralmente, são realizados de forma alternada durante o ano. Com isso, a CFR proporciona a estes familiares a oportunidade de contribuir e se apropriar mais da escola, criando uma relação de aproximação e a partir disso, se consegue maior credibilidade.

Existe ainda outro fator que é muito destacado que são as práticas dos professores da Casa. Estes, na avaliação dos entrevistados, geralmente não se colocam como detentores do conhecimento, e sim como mediador do conhecimento. Eles não dizem que vão ensinar, e sim que vão fazer uma troca de conhecimentos. Considera-se nesta metodologia, que o aluno também tem muitos conhecimentos e os professores, assim como os alunos, passam a aprender a partir do momento que abrem espaço para que esses alunos compartilhem seus

conhecimentos, suas experiências na realização das atividades a serem desenvolvidas. Portanto, segundo estes, valorizar o que existe para construir/aprimorar os conhecimentos é a ideia do professor/mediador da Casa Familiar Rural Dorothy Stang.

A convivência em internato dos alunos, juntamente com seus monitores, propicia um ambiente de aproximação entre os mesmos. Segundo a monitora Andreia, aluno e monitor possuem relação de estreita amizade, o que possibilita uma melhor investigação inclusive acerca da própria formação familiar, tornando possível, fazer diagnósticos sobre a existência de algum fator problema na família do jovem. Essa relação, portanto, acaba facilitando o diálogo, aumentando a confiança do aluno para com seus monitores/professores e, como consequência, amplia a possibilidade de uma melhor aprendizagem e desenvolvimento pessoal do jovem estudante, além de estreitar a rede de relações que se desenha a partir da CFR, se desdobrando até o interior das propriedades familiares, as organizações sociais locais e o poder público, notadamente, a secretaria de educação.

5. Considerações gerais.

Ficou perceptível que a CFR Dorothy Stang diferentemente da grande maioria das escolas do campo, tem se destacado pela aplicação de um plano curricular adaptado a realidade do dia a dia do jovem do campo, que busca trabalhar conteúdos ligados diretamente ao seu dia a dia no campo o que, certamente, torna o processo de ensino e aprendizagem ou, simplesmente a troca de conhecimento que é praticada na casa, muito mais atrativo. Neste modelo de ensino os jovens estudantes conseguem contribuir diretamente com as práticas de produção familiar a partir dos conhecimentos adquiridos na escola, aplicando-os diretamente nas suas propriedades o que, teoricamente, resulta num aprimoramento das práticas de produção familiar deixando-os em situação de protagonismo dentro desse processo e, certamente, faz com que estes se sintam motivados a continuarem buscando conhecimento para contribuir na sua propriedade.

Esta metodologia praticada pela CFR tem proporcionado aos jovens do campo uma oportunidade única de acesso a uma educação que atenda aos anseios familiares e, sobretudo, uma educação que tem aberto leques de oportunidades que vão além de uma simples formação médio/técnico. A prova disso são os inúmeros alunos que têm saído da escola e conseguido ingressar de forma quase que imediata em universidades federais nas mais diversas áreas, a partir de vestibulares ou do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A partir desta análise é possível notar a importância que esta escola tem na luta por uma política educacional com igualdade de condições e direitos. Nota-se o papel fundamental que a CFR Dorothy Stang tem assumido em relação a mudança de perspectiva dos moradores do campo da região. Se antes os jovens teriam que se deslocar para outras regiões em busca de uma formação que atendessem a suas necessidades, hoje a realidade mudou bastante neste aspecto, pois estes jovens estão sendo formados no próprio município, com baixo custo e com um retorno imediato às necessidades da família.

No entanto, há de se ressaltar também a crítica que esta CFR vem recebendo, especialmente de pessoas que estiveram ou ainda estão envolvidas direta e indiretamente no processo de fundação da casa; e que dizem respeito a fragilidade do projeto quando este se propõe ao atendimento indiscriminado e em alta escala de pessoas que não residem no município ou mesmo que residem na cidade, e que acabam, segundo eles, por inviabilizar a oportunidade de um jovem atuante no campo ingressar na escola, sendo que esta deveria ser a sua principal prioridade.

Porém, esse é um debate que deve avançar para além das famílias contempladas pelo projeto no momento atual, levando-se em consideração que a própria oferta de educação como um todo precisa ser colocada em questão. Desta forma, debatendo-se a temática com um conjunto maior de atores sociais municipais, acredita-se que se possa resultar de tal discussão, melhores encaminhamentos para a referida situação, considerando-se o fato de que, na maioria das vezes, mesmo que a família esteja residindo a pouco tempo na cidade, esta não perdeu por completo, suas raízes camponesas, além de que, em muitos casos, estas continuam desenvolvendo atividades agrícolas em pequenas chácaras, sítios, ou se encontram produzindo hortaliças próximas a cidade.

De um modo geral, a CFR Dorothy Stang, na avaliação da maioria dos entrevistados, a Casa vem cumprindo com o seu papel sócio cultural na região de acordo com seu Projeto Político Pedagógico, o qual foi desenvolvido tendo como um de seus princípios uma proposta emancipadora dos jovens, fazendo com que estes se tornem donos dos seus projetos de vida e não mais sujeitados como foram ao longo da história do campesinato, sujeição esta que contribuía para a cristalização da imagem do campo como lugar do atraso.

Pelo exposto, considera-se que a CFR, a partir de suas práticas políticas e pedagógicas, tem contribuído de maneira significativa desde sua implantação até os dias atuais para o desenvolvimento de uma educação no e do campo que busca a igualdade de oportunidades e de direitos para todos. Esta tem proporcionado ao jovem do campo além de uma formação com um ensino de qualidade, notadamente, considerando-se os resultados alcançados pelos alunos, a constituição de uma visão ampla de formação em vários segmentos e, sobretudo, uma formação de caráter pessoal, fatores estes, que a tornam uma escola referência na região.

Apesar disso, conforme apontam alguns dos entrevistados, o projeto atual precisa sofrer reajustes, readequações, tanto relativas a infraestrutura, ao processo de seleção, particularmente, em relação ao perfil dos alunos acolhidos, e, notadamente, ajustes relativos as mudanças impostas pelo perfil da própria agricultura familiar no contexto local e regional, pois que esta se encontra em constante mudança, demandando assim da parte da coordenação da CFR uma atenção para com os ajustes necessários em seus planos de ensino, seus conteúdos trabalhados, dentre outros.

6. Bibliografia consultada.

- BRASIL. Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 25 de julho de 2019.
- CARVALHO, Arlon Gavião de; GUZZO, Geovane S. – EDUCAÇÃO DO CAMPO: A Relevância da Casa Familiar Rural de Anapu na Perspectiva dos Agricultores e Familiares. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Univ. Estadual do Pará, Anapu-PA, 2013.
- ESTEVAM, D. de Oliveira – CASAS FAMILIARES RURAIS: uma alternativa para formação de jovens agricultores, Pesquisa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFSC, 2003.
- ESTEVEVES, G. Cristina; et all; - AS CASAS FAMILIARES RURAIS E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: Um breve resgate histórico. XIII Congresso Nacional de Educação, 2017.
- FAO. Desenvolvimento Agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor. 4. ed. Santiago: Série Desenvolvimento Rural n. 9, 1995.
- FRAZÃO, Gabriel Almeida; DÁLIA, Jaqueline de M. Thurler - PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E DESENVOLVIMENTO DO MEIO: possibilidades e desafios para a educação do campo fluminense, code 2011. – Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos – ipea.
- PEZARICO, Giovanna; et all. – PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: Movimentos de Formação Rural e Expansão Mundial. Revista de Ciências Humanas – Educação - Frederico Westphalen-RS, Dez. 2014.
- RODRIGUES, H. C. Cruz; BONFIM, H.C. Cruz. – A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS ASPECTOS LEGAIS – XII Congresso Nacional de Educação, 2017.
- SANTOS, N. R. Correia dos. - EDUCAÇÃO DO CAMPO E ALTERNÂNCIA: reflexões sobre uma experiência na Transamazônica/PA, 2000-2005, Tese de Doutorado em Educação, Natal-RN, 2006.
- SILVA, L. H. da. As Representações Sociais da Relação Educativa Escola-família no Universo das Experiências Brasileiras de Formação por Alternância. Tese de doutorado em Psicologia da Educação, PUC, São Paulo, 2000.
- VISBISKI, V. Nogueira; NETO, P.H. Weirich – CASA FAMILIAR RURAL: Uma Escola Diferente. Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, 2004.
- SILVA, Wagner da; SAHR, Cicilian Luiza Lowen. - OS CENTROS EDUCATIVOS FAMILIARES DE FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA NAS REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO: O estado da arte da produção acadêmica brasileira. Geosul, Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 193-216, mai./ago. 2017